



Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica

ISSN: 1516-1498

ISSN: 1809-4414

Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica do  
Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de  
Janeiro - UFRJ

Amaral, Felipe Barata

TOTEM E TABU: NOTAS SOBRE PARRICÍDIO E FICCÃO

Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica, vol. XXII, núm. 2, 2019, Maio-Agosto, pp. 228-236

Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica do Instituto  
de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

DOI: 10.1590/1809-44142019002010

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=376562950010>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em [redalyc.org](http://redalyc.org)

redalyc.org  
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa  
acesso aberto

**TOTEM E TABU: NOTAS SOBRE PARRICÍDIO E FICÇÃO**

**FELIPE BARATA AMARAL** 

**Felipe Barata Amaral<sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará (UFPA), Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP/UFPA). Belém/PA, Brasil.

**RESUMO:** O presente trabalho tem o objetivo de realizar uma leitura aprofundada do mito totêmico, presente em *Totem e tabu*, ressaltando a conexão deste episódio com a ficção e a especificidade que esta terá na obra freudiana ao figurar como uma cena que transcende a fantasia e a realidade ao apontar para algo anterior ao próprio psiquismo.

**Palavras-chave:** ficção; parricídio; criação.

**Abstract:** **Totem and taboo: notes about parricide and fiction.** The present work has the objective to carry out an in-depth reading of the totemic myth, present in *Totem and taboo*, emphasizing the connection of this episode with the fiction and his specificity in the Freudian's works as it appears as a scene that transcends fantasy and reality by pointing to something anterior to the psyche itself.

**Keywords:** fiction; parricide; creation.

DOI - <http://dx.doi.org/10.1590/1809-44142019002010>

Todo o conteúdo deste periódico, exceto onde estiver identificado, está licenciado sob uma licença Creative Commons (cc by 4.0)

**P**rimeiramente, falemos de uma especificidade da escrita de Freud que chama bastante atenção em seus textos em geral e, principalmente, nos seus casos clínicos transformados em livros. Ele versa pela tessitura de suas histórias pessoais as quais são atravessadas por inúmeros fatos, inclusive aspectos patológicos e manifestações sintomáticas. Freud está preocupado em narrar a trama que engendra a fala de cada indivíduo que se propõe a deitar em seu divã, ao invés de se restringir a um apanhado acerca dos traços patológicos do analisando<sup>1</sup>.

Esses relatos clínicos, assim como as narrativas criadas pelos escritores ao comportarem uma trama composta por conteúdos inconscientes e fantasias, acabam por adquirir valor de *Dichtung* (ASSOUN, 1996). Mais especificamente, Assoun – em leitura a Freud – situa essa capacidade de ficcionar no patamar da criação, uma criação advinda de material inconsciente. Isto é, “o escritor [Dichter] sabe” (ASSOUN, 1996, p. 3) e exerce este saber por meio da escrita.

Podemos desdobrar essa fala em dois momentos. No âmbito clínico, podemos dizer que o sujeito falante sabe e exerce este saber por meio das ficções que erige sobre si mesmo. Se seguirmos essa mesma tônica, mas direcionando para o texto *Totem e tabu*, podemos dizer que Freud “sabe” quando realiza a escrita do mito totêmico. A prova mais contundente desse saber se encontra na carta escrita em 9 de agosto de 1911 a Ernest Jones, na qual ele confidencia que a criação do episódio do parricídio primordial seria “uma ordem que recebo de minhas conexões inconscientes” (JONES, 1989, p. 377). Se a psicanálise já utiliza esse mecanismo de contar a ficção de cada indivíduo, não seria diferente para especulações de cunho social e para a pré-história do homem.

O mito totêmico – presente no quarto artigo de *Totem e tabu* – passa, então, a ser percebido como uma ficção com valor de *Dichtung*. Azevedo corrobora esta hipótese ao afirmar que o mito criado por Freud “é uma ficcionalização que nos revela não uma cultura remota e suas normas, mas a versão psicanalítica dessas normas” (AZEVEDO, 2001, p. 30). Esse *status* de ficção não é inédito<sup>2</sup>. Em *A interpretação dos sonhos*, Freud qualifica a psicanálise como uma “ficção teórica” (FREUD, 1900/2001, p. 603) e, no texto *A questão da análise leiga*, em resposta às afirmações de que a psicanálise criara um mito para explicar o mito das origens, Freud afirma que “o valor de uma ‘ficção’ desse tipo (...) depende do quanto se pode conseguir através dela” (FREUD, 1926/2014, p. 194). E consegue-se muito com ela na medida em que realiza a transição do estado de natureza para a cultura, instaura a lei do horror ao incesto, a importância do pai como o transmissor da lei, seu caráter simbólico e ainda inscreve a ficção como o cerne da teoria psicanalítica.

A ficção, portanto, “surge como uma característica sem a qual a psicanálise não existiria” (TEIXEIRA, 2009, p. 90). De acordo com Teixeira, o percurso que flerta entre a antropologia e a elaboração de um saber psicanalítico realizado em *Totem e tabu* revela “o acento na ficção como solo de construção da teoria” (*ibidem*, p. 92). Nesse texto, Freud lança mão de um novo artifício. Se antes ele postulava ideias ousadas e originais para a época e se servia da literatura, da mitologia e das artes em geral para corroborar suas especulações; neste caso, para sustentar a hipótese da existência da exogamia, ele toma a literatura como lastro para criar uma narrativa mitológica, uma ficção que dê conta de explicar esta questão para a qual não havia fundamentação antropológica, apenas especulações.

A falta de evidências etnográficas referentes à origem da exogamia não se configura como obstáculo ao avanço da psicanálise, mas como pontes para alinhavar hipóteses psicanalíticas com a fantasia e a literatura. Mas quais são as referências utilizadas? No texto *Dostoievski e o parricídio* (FREUD, [1928] 2015), Freud cita três: *Édipo Rei* (427 a.C.) de Sófocles, *Hamlet* (1603) de William Shakespeare e *Os irmãos Karamazov* (1880) de Fiodor Dostoiévski. No caso deste último, apontamos a possibilidade na qual o escritor russo possa ter desempenhado a função de antecipar temas como desejo parricida, a culpa inconsciente e a transmissão da lei paterna através da morte deste; além de emprestar o caráter ficcional ao mito totêmico.

Apesar de construir um sólido embasamento como dados etnográficos – faltoso apenas em relação a fontes sobre a origem da exogamia, como apontamos acima –, *Totem e tabu* é um texto no qual a psicanálise interage

1 Apontamos alguns estudos de fundamental importância para o tema da escrita. Dentre eles, estão: Kofman (1996) com seu abrangente estudo sobre a escrita freudiana e sobre as bases da estética psicanalítica; Ianini (2016) com a discussão de um estilo freudiano pautado pela interface entre a tendência poética e a atitude científica; Teixeira (2005) com a discussão sobre a relação da psicanálise com a literatura na constituição de um estilo freudiano no que tange ao aspecto teórico clínico; novamente Teixeira (2009) ao abordar com inúmeros detalhes a escrita de caso de Freud, revelando seu forte assento literário; e Loureiro (2002) com o trabalho sobre a influência romântica alemã no estilo e no pensamento freudiano.

2 Além de Freud, ressaltamos dois autores contemporâneos que também já realizaram interessantes produções acerca desse tema, como no trabalho de Oswaldo Giacoia (2008) que, ao abordar a noção de pulsão, aborda sua ficcionalidade a partir das ficções heurísticas de Kant e das interpretações de Loparic; e de Lacan (1956-1957/1995), em seu seminário sobre as relações de objeto, quando pensa a concepção da verdade a partir de uma estrutura de ficção.

e faz uso de outros campos do conhecimento de um modo não literal, pois “trata-os de maneira radicalmente metafórica na medida em que escreve e inscreve suas construções teóricas sob o abrigo desses conceitos” (AZEVEDO, 2001, p. 29).

Freud, por meio de seu mito totêmico, realiza “uma ficcionalização da realidade material tecida com o intuito de identificar os fundamentos daquilo que dá forma e sentido ao ser humano” (*idem*). Ou seja, ele para de buscar substratos da realidade e remete esta problemática ao campo da fantasia, a um conflito de ordem ficcional encenado por todos os humanos.

## **TOTEM E TABU: UMA INTRODUÇÃO**

Em 1912-1913, Freud empreende uma “tentativa de aplicar perspectivas e resultados da psicanálise a problemas ainda não solucionados da psicologia dos povos” (FREUD, 1912-1913/2012, p. 14) ao trabalhar o totemismo e o tabu nela presente. Nos três primeiros artigos, Freud discorre sobre as raízes do totemismo e suas características, atribuindo grande valor de análise ao horror perante a possibilidade de uma relação incestuosa entre membros de um mesmo totem; sobre o tabu como uma proibição dentro do totemismo e as relações de amor e ódio despertadas por essas obrigações; e sobre as formas de pensamento extremamente rudimentares e onipotentes dos selvagens.

Mas o que interessa ao presente trabalho é o conteúdo do quarto artigo do livro, intitulado *O retorno do totemismo na infância*. Nesse texto, Freud se empenha em desnudar as origens da exogamia vigente no sistema totêmico. Sua pesquisa envereda por uma via de análise que demonstra o desconhecimento quanto ao fato da concepção estar atrelada à atividade sexual e, principalmente, a ignorância quanto ao papel do macho na fecundação. Portanto, a fecundação se daria a partir da entrada do espírito totêmico no corpo da mulher e, consequentemente, de seu nascimento. Isso explica o fato do totemismo advir da linhagem feminina e a proibição quanto ao consumo alimentício do totem, porém faz-nos questionar qual o papel do pai dentro do totemismo. Os povos primitivos “parecem ter sacrificado a paternidade a um tipo de especulação, a fim de venerar os espíritos ancestrais” (FREUD, 1912-1913/2012, p. 182-183). É nítido o empenho em explicar a origem da exogamia, mas o que nos chama atenção é a ausência da presença do pai. Onde esse pai se faz presente?

Freud esboça uma tentativa de explicação acerca do horror ao incesto e a existência da exogamia sustentada por três dados etnográficos: 1) a horda primal descrita no livro *A descendência do homem e a seleção em relação ao sexo* (1871) de Charles Darwin; 2) as observações de James Jasper Atkinson relatadas em seu trabalho intitulado *Primal law* (1903), no qual defende-se a tese de que a organização familiar possuía apenas um macho como líder e progenitor de todos os filhotes; 3) o conceito de “refeição totêmica” de Robertson Smith.

A referência a Darwin oferece o esboço de uma organização social derivada de observações de primatas chamada de *horda primeva*. Nela, um macho mais velho e mais forte acumula ao seu redor todas as fêmeas da horda e veta o acesso aos machos mais novos. Aliás, esses machos crescem e há uma disputa na qual dois machos se digladiam e, em caso de vitória, o mais forte firma-se como líder do bando e executa ou expulsa o derrotado da horda. Desse modo, a proibição ao incesto é vislumbrada através das sanções advindas de um macho mais forte e ciumento.

Aliado a isso, o texto freudiano faz um retorno ao conceito de fobia ao afirmar que “a criança vê o animal como seu igual” (FREUD, 1912-1913/2012, p. 196), para depois desenvolver um temor diante dele. Este temor é advindo do deslocamento de sentimentos hostis da figura paterna para o animal. Isto é, o animal passa a se comportar como um referente do pai.

Freud se debruça ante a possibilidade de pensar o sistema totêmico por um viés ainda não utilizado e menosprezado pelos etnógrafos da época: a inserção da figura paterna no lugar ocupado pelo animal totêmico. Isto se deve a dois pontos de contato entre a infância e o totemismo: a completa identificação com o animal totêmico e a atividade emocional ambivalente em relação a ele. Tal especulação não é um fato inovador da psicanálise, posto que os primitivos já possuíam essa noção, porém os etnólogos não sabiam o destino a ser dado a esse fato. A psicanálise apenas utiliza-o como um meio para acessar as origens do totemismo e da exogamia. As provas que corroboram essa aproximação residem nas leis do totem: não matar o totem e não ter relações sexuais com as mulheres do clã totêmico.

Logo em seguida, toma-se de empréstimo o termo “refeição totêmica” de Robertson Smith para tratar o sacrifício como um “ato de comunhão dos crentes com seu deus” (FREUD, 1912-1913/2012) no qual o animal totêmico é morto, pranteadoo como forma de expurgar a culpa e sua carne é partilhada por todo o clã com o objetivo de introjetar características do totem e dividir a responsabilidade por aquele ato. O conceito de “refeição totêmica” possui grandes implicações para a hipótese freudiana, na medida em que ela prevê um ato transgressor (matar e alimentar-se da carne do animal sagrado) ou, pelo menos, justifica a transgressão de

um tabu tendo em vista a homenagem ao animal totêmico.

Após sedimentar a situação da horda primeva, a aproximação entre o pai e o animal totêmico e a refeição totêmica, Freud arquiteta a hipótese psicanalítica do pai da horda – que, posteriormente, receberá o estatuto de mito científico. Nela, o homem, nos primórdios de sua existência, se organizava em grupos consanguíneos onde não havia o estabelecimento de leis escritas e orais, nos quais as relações eram mediadas através do regime de força e da imposição, tendo o tirano da horda como símbolo do poder. Essa espécie de pai se delineia como “o ideal de cada um deles, venerado e temido ao mesmo tempo” (FREUD, 1921/2011, p. 101).

## O MITO PARRICIDA DE FREUD

É nesse contexto marcadamente ambivalente que acontece o ato fundador da cultura: o assassinato do pai perpetrado pelos próprios filhos. A partir de agora, abordaremos esta narrativa mitológica e, para tanto, utilizaremos a proposta de Koltai (2010) em dividir o mito em três tempos: 1) a formatação social caracterizada pelo total controle paterno sobre os alimentos e as mulheres; 2) a elaboração do complô que destituirá o poder paterno; 3) a tomada de consciência acerca da impossibilidade de algum dos filhos vir a ocupar o lugar do pai.

Comecemos pelo primeiro tempo. Houve um momento no qual um único macho detinha o poder sobre toda a sua horda. Ele comandava tudo e possuía acesso exclusivo a todas as fêmeas, as principais fontes de alimentação e ocupava as melhores terras, reservando para seus filhos apenas o que sobrasse de sua partilha desigual. Esta espécie de organização social era regida com mãos de ferro por parte deste líder, uma espécie de tirano. O modo para lidar com possíveis motins ou insatisfações de outros membros se baseava num mecanismo de exercício de força e poder contra os insurgentes. Os demais machos adultos tinham de se conformar com tal arranjo no qual eles não possuíam direito algum sobre a posse de parceiras sexuais e ainda teriam de ser submissos ao macho mais forte. A única alternativa socialmente aceita para romper este *status quo* era desafiar o macho mais forte para um duelo onde o vencedor ocuparia o lugar de líder da horda e, por conseguinte, usufruiria de todos os privilégios concernentes a tal posto. O perdedor poderia ser expulso da horda ou morto. Porém, haveria outra opção mais ousada que as demais.

A passagem para o segundo tempo é marcada pelo momento no qual os filhos – enfurecidos diante do gozo pleno do pai em detrimento de uma economia pulsional por parte deles – vislumbram uma alternativa: voltar-se contra os desmandos desse pai tirânico e assassiná-lo. Porém, não apenas com um único filho, mas um motim entre todos. A partir daí, instaura-se o conluio dos filhos com vista a depor o pai de seu trono. Apesar do ódio que os movia a matar o próprio pai, não podemos desenvolver uma visão unidimensional da situação. Pois, ao mesmo tempo em que era odiado, o pai ocupava um lugar de destaque e veneração a ponto de desempenhar, para cada um de seus filhos, um ideal a ser seguido. Denotando, assim, a presença de um forte laço amoroso.

O assassinato paterno é o ápice do mito freudiano. Os filhos, outrora submissos, despejam todo o seu ódio ao pai nesse ato homicida e realizam coletivamente algo que nenhum deles, individualmente, seria capaz de fazer. Porém, se rememorarmos a tradição totêmica, o sacrifício do animal sagrado em rituais tem de ser seguido da ingestão de sua carne, com o intuito de absorver as características daquele animal e honrar a sua morte. Portanto, à guisa de arcar com todas as responsabilidades do ritual, ele matam, pranteiam, comemoram e oferecem a carne do próprio pai como oferenda. Os filhos partilham esta carne durante a refeição totêmica com o objetivo de dividir a culpa entre si, expurgar a sombra do assassinato na tentativa de introjetar as características daquele pai tão poderoso.

Mas, apesar do ritual antropofágico realizado com a carne paterna e do estabelecimento de laços fraternais, nenhum dos filhos consegue ocupar o lugar faltoso. Em qualquer tentativa, repetem-se as disputas em torno do poder e chega-se à conclusão de “que todos tinham de renunciar à herança do pai” (FREUD, 1921/2011, p. 101). Eles para sempre perdem a condição de livre gozo desfrutada pelo pai, mas descobrem-se não apenas filhos daquele pai, mas irmãos entre si. O sangue do pai que ainda maculava seus corpos batiza-os como irmãos. O que antes era apenas uma união de filhos revoltados, transforma-se em uma fraternidade de iguais que buscam dissipar a culpa por meio da comunhão entre si.

Diante da impossibilidade de ocupar o lugar desse grande pai, os irmãos implementam um estado de direito no qual as leis e interdições param de ser reguladas pela força e violência para serem regidas e exercidas por algo mais poderoso: o espectro do pai morto e o rastro de culpa pela sua morte. Nesse nova sociedade de irmãos, cada indivíduo pode reivindicar para si o direito de erigir pequenos *loci*: a família.

Desta forma, todos podem vir a se tornar pais, mas de núcleos menores, existindo, assim, diversos pais dentro de um mesmo clã. Mesmo que o convívio despótico no âmbito social tenha sido extinto, as regras de proibição do incesto e a prevalência da exogamia se mantêm como grandes dogmas inquestionáveis. Neste panorama pintado com cores mitológicas:

Freud descreve uma sucessão de acontecimentos por meio dos quais a humanidade teria abandonado o

estado arcaico, no qual reinavam incesto e violência, para desembocar num outro regido por um contrato social, no qual tanto o incesto quanto o monopólio da violência eram proibidos. (KOLTAI, 2010, p. 46).

## O LEGADO DO MITO TOTÊMICO

Podemos inferir que o mito totêmico fala de um pai “gozador” não barrado pela castração. Ele é um grande Saturno que, ao invés de devorar seus filhos, mina suas possibilidades de constituição, reduzindo-os a meras sombras suas. Ou seja, “é um pai imaginário como um gozo ilimitado” (MARISCAL; BECKER, 1997, p. 33).

A partir do mito, passamos a vislumbrar a elevação da figura paterna ao estatuto de lei, assim como a impossibilidade dos filhos desfrutarem do gozo que lhe era particular e exclusivo, instaurando, portanto, o gérmen da castração. Desse modo, “o assassinato do pai não libera o gozo, mas o proíbe, e o amor ao pai se torna mais forte que o desejo pela mãe” (COELHO, 2011, p. 71).

O ato que impõe uma barreira a essa plenitude paterna de gozo é o assassinato dessa figura. A morte do pai fundamenta o laço social e possibilita a entrada destes filhos na Ordem Simbólica. O pai que representava o gozo perde o seu papel como uma figura presente na realidade e é alçado ao patamar de Lei. Lei que instaura e ordena o simbólico, funda o inconsciente e interdita o incesto. Mariscal e Becker afirmam que “neste mito que o pai simbólico é o pai morto, um lugar se deve instaurar na estrutura” (MARISCAL; BECKER, 1997, p. 33). Mais especificamente, o pai só adquire o seu estatuto de pai após a morte. Freud nos mostra que o pai simbólico da cultura ocidental tem de morrer pelas próprias mãos de seus filhos para originar a cultura.

Apesar da influência do pai morto impor a lei da cultura, o esforço que a engendra é realizado pelos próprios indivíduos subsumidos ao tirano. Eles pagam a entrada na cultura com gozo. Ou melhor, com a perda de um gozo hipotético e absoluto mas, em contrapartida, descobrem-se irmãos. Neste ponto, Freud credita a passagem do estado de natureza para a cultura (*Kultur*, em alemão) inteiramente ao trabalho executado pelo homem. Os agentes criadores são os próprios irmãos coadunados com seus desejos.

A partir da entrada na organização cultural, o crime fundador é “esquecido”, renunciando-se, assim, à herança paterna, relegando-o a uma instância exterior à consciência. Porém, “esse assassinato é um acontecimento único, inacessível à nossa experiência sensível, que não cessa de retornar em seu desejo de se repetir” (KOLTAI, 2010, p. 68-69). Contra estas investidas, erigem-se defesas psíquicas. O funcionamento de outrora, que não diferenciava a realidade psíquica da realidade material, começa a sofrer um refinamento.

Para manter esses conteúdos alijados da consciência e realizar a diferenciação entre a realidade e a fantasia, constitui-se um mecanismo de defesa: o recalque. O recalque não é inato, na medida em que surge apenas a partir de uma cisão entre a atividade psíquica consciente e a inconsciente. Consequentemente, não é o processo de recalcamento quem cinde o psiquismo, pois, para que ele execute sua função, essa polaridade já deve estar minimamente instaurada. A cisão é realizada no momento em que a presença de um conteúdo pernicioso à instância consciente tem de ser afastada, com o intuito de minorar o sentimento de culpa. Por isso, podemos deduzir que o assassinato do pai não apenas funda a cultura como instaura a barra que divide o sujeito.

Sob este prisma, a nova organização fraternal impõe o recalcamento do crime cometido e a renúncia à satisfação total e imediata das pulsões. A cultura pode ser caracterizada como uma tentativa por parte do homem de proteger-se das forças da natureza e impedir que, novamente, um indivíduo muito poderoso (a exemplo do Pai da Horda) se insinue a livre gozar de seus filhos e do meio.

Nesse novo arranjo social baseado no laço fraternal, realiza-se uma espécie de *quid pro quo*, pois ele concede uma maneira do indivíduo conviver com os outros seres humanos e com a natureza – sem ser assolado por sua magnitude e nem se consumir diante das angústias provenientes de uma organização despótica – em troca da renúncia ao gozo desmedido. Em 1913, a culpa funciona como um ponto de basta que mitiga novos motins e alinhava novos laços por meio do trabalho de cultura. O arcabouço teórico da psicanálise lança mão de todas as suas ferramentas conceituais para pensar tal questão.

Quinze anos após escrever *Totem e tabu*, Freud retorna à seara da *Kultur*, de posse do novo dualismo pulsional proposto em *Além do princípio do prazer* (FREUD, 1919/2011), com o intuito de repensar o lugar do sujeito dentro desta organização. A ambivalência descrita nos termos binários amor-ódio e direcionada para a figura do pai cede lugar à ambivalência da pulsão de vida-pulsão de morte (Eros e Tânatos) inerente ao próprio sujeito. A partir desse desdobramento conceitual, Freud discute a própria adesão do sujeito ao laço social criado após a morte do pai ao perceber que o ser humano carrega em si uma série de tendências de cunho autodestrutivo que atentam contra a organização cultural (FREUD, 1928/2010), revelando sua postura ambivalente em relação a esta. Portanto, é válido afirmarmos que “todo indivíduo é virtualmente um inimigo da cultura” (FREUD, 1928/2010, p. 34), pelo fato de ela atentar contra sua liberdade no sentido da livre satisfação pulsional e todas suas consequências permitidas pelo estado de natureza, assim como pela repressão de impulsos destrutivos.

Ambivalência esta que possui uma origem infantil.

É possível perceber que a questão central do trabalho de cultura não é a dominação da natureza ou uma espécie de apropriação com o intuito de minorar suas forças, mas um trabalho com o material psíquico de cada indivíduo na tentativa de propiciar uma convivência social minimamente pacífica e respeitosa no que se refere à imposição de limites sem combalar os modos de subjetivação e expressão do desejo. Trata-se da imposição de sacrifícios à satisfação pulsional, bem como a reconciliação com as possibilidades restantes de obtenção de prazer e as compensações advindas dessa renúncia.

O trabalho de cultura se propõe a ofertar ao ser humano um novo tipo de organização social um pouco mais complexa que o estado de natureza. É a tentativa em oferecer um arranjo lastreado no recalcamento pulsional e recoberto simbolicamente em detrimento de algo da ordem do real e do irrepresentável que se faz sentir através da força de suas irrupções. Trata-se de abrir mão de um gesto de radicalismo em prol dos interesses pessoais para assumir posturas mediadas por uma instância reguladora e superior a todos (a lei paterna) que garanta a convivência e o estabelecimento de laços fraternais entre os seres.

O mecanismo que opera nessa situação em muito se assemelha à cena edípica, tendo em vista que existem imposições necessárias mesmo que suplantem o desejo (como no caso da proibição ao incesto), restando ao indivíduo outras alternativas de subjetivação exceto aquela que incluía o gozo em uma relação simbiótica com a figura materna. Desse modo, Freud postula que “a cultura (...) precisa ser defendida contra o indivíduo, e as suas disposições, instituições e mandamentos se colocam a serviço dessa tarefa (...)” (FREUD, 1928/2010, p. 38). Pois, ao mesmo tempo em que ela se oferece como escudo e anteparo contra o caráter real e irrepresentável da natureza, ela acaba por erigir um mecanismo de autopreservação contra as investidas do homem. Ele paga o preço para se resguardar sob o guarda-chuva da cultura assim como vê suas forças serem podadas, impossibilitando possíveis rebeliões. Contudo, o que impede que qualquer atitude de violência seja deflagrada é a lei representada pelo pai morto.

## FANTASIA OU REALIDADE?

Agora, adentramos em uma parte importante e advém-nos a questão: o mito totêmico fala de um ato factual ou apenas fantasístico? Se o campo de atuação da psicanálise é a realidade psíquica, por que então a ânsia em dotar o ato parricida com um estatuto de realidade?

O próprio Freud responde ao final do texto *Totem e tabu*, mas, antes de oferecer a resposta, façamos uma sucinta elucubração. Se entendermos a realidade psíquica como prevalente em relação à realidade concreta, aboliríamos a existência de um ato criminoso deflagrado contra o pai real. Portanto, ao abordar o mito totêmico, não estaríamos falando de um crime real no qual o sangue do pai morto ainda mancharia as mãos dos filhos homicidas, mas de uma intenção, de um potencial, de um vir-a-ser materializado apenas nos confins inconscientes do homem. Desse modo, “o nexo causal que vai desde o começo ao nosso presente não sofreria dano algum, pois a realidade psíquica seria suficientemente relevante para levar o peso das consequências” (FREUD, 1912-1913/2012, p. 242).

Objeções serão feitas a essa hipótese no tocante à passagem do estado de natureza para a organização fraterna resguardada pela cultura. Exige-se um acontecimento que tenha motivado as reais mudanças ocorridas durante a evolução histórica do ser humano. Freud sustenta a hipótese de que esse momento de virada pode ter se dado sob a égide da fantasia. Ele ainda alerta que “devemos cuidar de não transferir o menosprezo pelo apenas pensado e desejado, de nosso mundo prosaico, cheio de valores materiais, para o mundo do primitivo e do neurótico, rico apenas anteriormente” (*ibidem*, p. 243).

Com o intuito de resolver esse impasse, Freud recorre às considerações psicanalíticas acerca do animismo e da onipotência do pensamento para embasar o fato de tendências serem interpretadas como puro ato para os primitivos. Para estes últimos, o desejo ganha estatuto de realidade. Isto é, “se os desejos e impulsos têm o pleno valor de fatos para os primitivos, cabe a nós seguir compreensivamente essa atitude, em vez de corrigi-la conforme nossos critérios” (*idem*).

No caso particular do neurótico, percebemos que restrições provenientes de fatos acontecidos em realidade psíquica têm importantes reverberações na vida do indivíduo. Portanto, é possível asseverar que há “um quê de realidade histórica nisso” (*idem*). É algo da ordem do imaginário que se atualiza na realidade concreta em forma de punições e sanções de cunho moral. Isso se deve a um fator que demarca a distinção entre o neurótico e o primitivo. A resposta encontra-se dentro do próprio *Totem e tabu*, no momento em que o autor disserta sobre as características do animismo.

Como já fora mencionado, a neurose é caracterizada pela presença de sentimentos ambivalentes direcionados ao pai, inclusive sua execução em nome do ódio e da possibilidade de vir a ter a mãe como amante. Porém,

todo esse conluio parricida sofre restrições quanto ao agir. Se, em âmbito fantasístico, suas ações são liberadas mesmo que tenham de vir a sofrer punições, no âmbito real, todo o seu agir rumo a este objetivo é podado devido a admoestações advindas do supereu. O ato, via de regra, seria realizado em dois tempos. O neurótico arquiteta e executa o crime, primeiramente, em uma instância imaginária. No tocante ao ato criminoso, ele arca com as consequências que se impõem como um obstáculo real para a execução, *a posteriori*, na realidade factual. O que é curioso nesse arranjo é o modo como ações imaginárias deflagram punições reais. Por que ocorre desta maneira? Será que houve algum momento da evolução do psiquismo que o simples fantasiar era o gatilho quase instantâneo para a passagem ao ato?

De acordo com *Totem e tabu* (FREUD, 1912-1913/2012), existe, sim, esse momento e ele encontra-se na infância e no modo de viver dos povos primitivos. O modo de funcionamento psíquico dos povos primitivos porta a indelével marca da quase ausência de fronteiras entre a atividade de fantasiar (típica do imaginário) e a atuação (típica da realidade). Já na criança, em um estágio entre o sadismo anal e a vigência do Complexo de Édipo, as tendências perversas inconscientes não se detêm sob a vigilância do recalque e da repressão e são rapidamente traduzidas em ato, em ações direcionadas ao mundo externo. De acordo com a letra freudiana,

A analogia dos primitivos com os neuróticos se estabelece mais profundamente, então, se supomos que também naqueles a realidade psíquica, acerca de cuja configuração não há dúvida, inicialmente coincidiu com a realidade factual, que os primitivos realmente fizeram o que a evidência mostra que pretendiam. (*Ibidem*, p. 244).

Pode-se dizer que fantasia e realidade encontram-se, portanto, coligadas. No caso dos povos primitivos, “o pensamento logo se converte em ato, nele, o ato seria antes um substituto para o pensamento...” (*idem*).

Por isso, em resposta à pergunta inicial, independente se foi uma ação histórica documentada etnograficamente ou se pertenceu ao plano da fantasia do autor desse mito, Freud afirma que, acima de qualquer dúvida, houve um Ato. Para isto, ele retoma uma fala do Fausto de Goethe ao afirmar que “no princípio foi o Ato” (GOETHE apud FREUD, 1912-1913/2012, p. 244). Um ato que instaura a falta, aponta a impossibilidade de vir a ocupar o mesmo lugar que o pai primevo, instaurando, assim, o homem na ordem da cultura. Isto é, o psiquismo tem de ser marcado pela perda para poder se inscrever em uma união de fraternos.

## O CARÁTER FICCIONAL DO PARRICÍDIO

Nesta altura da discussão, advém-nos um questionamento: como Freud aborda a questão da ficção? Em um primeiro momento, a ficção mantém uma estreita relação com o conceito de fantasia, na medida que expressa em outra cena, diferente da realidade, conteúdos inconscientes transmutados por um processo elaborativo lastreado na construção de uma narrativa imaginária. Em outras palavras, ela figura como uma formação de compromisso entre a realidade e os conteúdos recalculados.

Porém, a partir de 1919, a ficção é imbuída de uma nova característica: ela seria uma nova cena tanto em relação à realidade quanto ao próprio conteúdo imaginário. Isto é, a ficção traria à baila a própria condição de desamparo típica do humano, pois “(...) parece desocultar um nada anterior ao psiquismo, que retorna como tal e não apenas como um dos lugares de retorno de conteúdos recalculados” (SILVA JUNIOR, 2001, p. 294).

A ficção, por sua vez, realizaria um caminho regressivo para um tempo no qual não havia a existência do psiquismo, do recalque, da cisão entre inconsciente e consciente. Ela aborda um momento em que foi necessária a intervenção da linguagem para dotar de simbólico algo que era da ordem do puro Ato, do irrepresentável. Seguindo a tônica acima, podemos comparar a trilha percorrida pela ficção com a pulsão de morte no que concerne ao caminho regressivo. Silva Junior fala da importância da pulsão de morte para a constituição da ficcionalidade psicanalítica, no sentido posto por Freud em *Além do princípio do prazer*, como um retorno ao inorgânico, ao não-ser. Mais que isso, a pulsão de morte “representa o único poder do psiquismo de liberdade diante da realidade enquanto necessidade e da ficção como realização dos desejos” (SILVA JUNIOR, 2001, p. 318).

Por isso, é possível asseverarmos que o poder da ficção se mostra em sua magnitude nessa possibilidade de se abster tanto da realidade material quanto da realidade fantasística para retornar, assim, para um momento vazio. Ela possui a capacidade de conduzir a um nada anterior a tudo. Portanto, a única maneira de recobri-la é através da construção de narrativas e especulações a seu respeito. Isto é, trata-se de uma tentativa de recobrir algo simbolicamente por meio da mitologia.

Os dados científicos podem oferecer um enorme auxílio na construção do percurso teórico acerca de um evento. Porém, partindo de seu final rumo ao início, o pesquisador depara-se com um ponto cego ao qual nenhum instrumento científico é capaz de oferecer maior aporte. Diante desse impasse, a ficção oferece meios de erigir um saber a respeito dessa situação que lhe é inteiramente desconhecida. Sua simbolização fica a cargo da potência da narrativa criadora. Para tanto, suspende-se a realidade em vistas de construir uma narrativa que dê conta de explicar o que lhe é demandado (responder as questões “O que eu sou?” e “De onde eu venho?”).

Comumente, esses pontos nodais costumam aparecer em momentos nos quais pleiteia-se elucubrar acerca das origens de um determinado evento. Frente a isso, o ser humano reedita a situação de curiosidade da criança pequena em relação à sua própria origem, a origem de seus irmãos e sobre a estranheza do que se chama sexualidade. Motivado por uma resposta insatisfatória da parte dos adultos – no caso das crianças – ou da ausência de indícios – no caso da origem da exogamia –, ambos começam a preencher as lacunas de sua compreensão com teorias próprias baseadas em seus saberes, vivências e, principalmente, em suas próprias fantasias. Eles são obrigados a lançar mão de um artifício ficcional e mitológico capaz de explicar suas origens e sustentar toda a evolução posterior. Ou seja, esse regresso para as origens de determinado evento implica, necessariamente, um momento de criação.

Por fim, salientamos a importância que a mitologia e a literatura tiveram sobre Freud no momento da construção do mito parricida, que nada mais é do que uma ficção elaborada pelo psicanalista com o intuito de lançar luzes sobre um momento remoto e, muito provavelmente, impossível de ser explicado simbolicamente. O Freud pesquisador que flertava com a literatura devido ao modo como tecia seus textos em 1913 assume em definitivo sua condição de *Dichter* ao criar, a partir de dados etnográficos e de conteúdos inconscientes, uma pequena história sobre um levante filial fomentado pelo desejo de morte direcionado a um pai gozador e o consequente arrependimento posterior por meio da ação da culpa.

**Recebido em:** 18 de julho de 2017. **Aprovado em:** 3 de março de 2018.

#### **REFERÊNCIAS**

- ASSOUN, P.L. *Littérature et psychanalyse*. Paris: Ellipses, 1996.
- AZEVEDO, A. V. *A metáfora paterna na psicanálise e na literatura*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- COELHO, M. T. O parricídio na obra de Freud. *Cógitos*, n. 12, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cogito/v12/v12a14.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.
- FREUD, S. *A interpretação dos Sonhos* (1900). Edição comemorativa 100 anos. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- FREUD, S. Além do princípio do prazer (1919). In: FREUD, S. *História de uma neurose infantil ("O Homem dos Lobos")*, *Além do princípio do prazer e outros textos* (1917-1920). São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Obras completas, 14).
- FREUD, S. A questão da análise leiga: diálogo com um interlocutor imparcial (1926). In: FREUD, S. *Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos* (1926-1929). São Paulo: Companhia das Letras, 2014. (Obras completas, 17).
- FREUD, S. Dostoievski e o parricídio (1928). In: FREUD, S. *Arte, literatura e os artistas: obras incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- FREUD, S. *O futuro de uma ilusão* (1928). Porto Alegre: L&PM, 2010.
- FREUD, S. Psicologia das massas e análise do Eu (1921). In: FREUD, S. *Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos* (1920-1923). São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Obras completas, 15).
- FREUD, S. Totem e tabu (1913). In: FREUD, S. *Totem e Tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos* (1912-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 2012. (Obras completas, 11).
- GIACOIA, O. *Além do princípio do prazer*: um dualismo incontornável. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (Para ler Freud).
- IANINI, G. (J.). Atitude científica e pensamento estético em Freud. *Viso: cadernos de estética aplicada – Revista eletrônica de estética*, v. 10, n. 19, 2016. Disponível em: [http://www.revistaviso.com.br/pdf/Viso\\_19\\_Gilsonlannini.pdf](http://www.revistaviso.com.br/pdf/Viso_19_Gilsonlannini.pdf). Acessado em: 2 mar. 2017.
- JONES, E. *A vida e a obra de Sigmund Freud* – v. 2. Rio de Janeiro: Imago, 1989.
- KOFMAN, S. *A infância da arte*: uma interpretação da estética freudiana. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.
- KOLTAI, C. (J.). *Totem e tabu*: um mito freudiano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (Para ler Freud).
- LACAN, J. *A relação de objeto* (1956-1957). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. (O seminário, 4).
- LOUREIRO, I. *O carvalho e o pinheiro*: Freud e o estilo romântico. São Paulo: Escuta, 2002.
- MARISCAL, D. L.; BECKER, P. Versões do Pai. *Letra Freudiana – Escola, Psicanálise e Transmissão. Do Pai – O limite em Psicanálise*, ano XVI, n. 21. Rio de Janeiro: Ed. Revinter, 1997.
- SILVA JUNIOR, N. Trauma e fantasia: a ficcionalidade da psicanálise. Hipótese a partir do inquietante em Fernando Pessoa. In: BARTUCCI, G. (Org.), *Psicanálise, literatura e estéticas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

Felipe Barata Amaral

TEIXEIRA, L. C. O lugar da literatura na constituição da clínica psicanalítica de Freud. *Psychê*, ano IX, n. 16, 2005, São Paulo.

TEIXEIRA, L. C. *Freud e a Literatura: destinos de uma travessia*. Fortaleza: As Musas, 2009.

Felipe Barata Amaral

**Felipe Barata Amaral**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP/UFPA). Universidade Federal do Pará (UFPA),  
felipe.barata@yahoo.com.br